



Cadernos de Negociação



Número 39 - Março 2021

NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

Luta para resistir e garantir resultados em cenário complexo

Os resultados de fevereiro revelam piora no quadro dos reajustes salariais em 2021. Nesta data-base, cerca de 70% dos reajustes analisados ficaram abaixo do necessário, na comparação com o INPC-IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que ficou em 5,53%. Por outro lado, proporcionalmente, mais categorias conseguiram aumentos reais em fevereiro do que em janeiro.

A crise sanitária, econômica e política, o alto desemprego e a inflação maior explicam as dificuldades das negociações de conseguirem o reajuste necessário para repor as perdas salariais.

Entre as categorias analisadas, destacam-se a dos trabalhadores químicos, da construção e mobiliário e da indústria da alimentação, com o maior número de aumentos reais no ano.

Os destaques negativos são as negociações dos trabalhadores na saúde privada, nas comunicações, no turismo e hospitalidade e a dos vigilantes.

Pisos salariais por categoria - Brasil - 2021

Categoria	Valor médio em R\$
Alimentação	1.198,86
Comerciários	1.197,79
Comunicações	1.129,86
Construção e mobiliário	1.220,65
Metalúrgicos	1.340,97
Químicos	1.302,36
Saúde privada	1.204,64
Transportes	1.293,80
Turismo e hospitalidade	1.248,39
Vigilantes	1.335,56

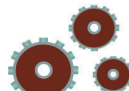
Fonte: Ministério da Economia. Sistema Mediator

Negociações - Brasil - Jan e fev de 2021 (em %)

Data-base	Reajustes em comparação com o INPC			Variação real média	Reajustes analisados
	Acima	Igual	Abaixo		
Jan	10,1	30,7	59,2	-0,51	603
Fev	22,2	7,4	70,4	-0,55	54
TOTAL	11,1	28,8	60,1	-0,51	657

Fonte: Ministério da Economia. Sistema Mediator

Como ficaram as negociações - Categorias profissionais selecionadas - Brasil - Fevereiro de 2021 (em %)

ALIMENTAÇÃO			COMERCIÁRIOS			COMUNICAÇÕES		
	Acima	11,8%		Acima	8,0%		Acima	0,0%
	Igual	36,8%		Igual	42,0%		Igual	20,0%
	Abaixo	51,5%		Abaixo	50,0%		Abaixo	80,0%
	Variação média real	-0,41%		Variação média real	-0,34%		Variação média real	-1,22%
	Total (nº de reajustes)	68		Total (nº de reajustes)	50		Total (nº de reajuste)	5
CONSTRUÇÃO E MOBILIÁRIO			METALÚRGICOS			QUÍMICOS		
	Acima	21,3%		Acima	4,3%		Acima	31,3%
	Igual	24,6%		Igual	56,5%		Igual	12,5%
	Abaixo	54,1%		Abaixo	39,1%		Abaixo	56,3%
	Variação média real	-0,02%		Variação média real	-0,25%		Variação média real	-0,54%
	Total (nº de reajustes)	61		Total (nº de reajustes)	23		Total (nº de reajustes)	16
SAÚDE PRIVADA			TRANSPORTES			TURISMO E HOSPITALIDADE		
	Acima	7,1%		Acima	6,4%		Acima	3,6%
	Igual	7,1%		Igual	34,0%		Igual	22,0%
	Abaixo	85,7%		Abaixo	59,6%		Abaixo	74,4%
	Variação média real	-0,25%		Variação média real	-0,72%		Variação média real	-0,78%
	Total (nº de reajustes)	14		Total (nº de reajustes)	47		Total (nº de reajustes)	168
VIGILANTES								
	Acima	3,5%						
	Igual	26,3%						
	Abaixo	70,2%						
	Variação média real	-0,64%						
	Total (nº de reajustes)	57						

Fonte: Ministério da Economia. Sistema Mediator

Brasil fechou 50 mil postos de trabalho de motoristas e cobradores em 2020

Em 2020, o Brasil fechou quase 50 mil postos de trabalho para motoristas e cobradores de transportes coletivos. Apenas Pará e Rondônia contrataram mais motoristas de ônibus urbanos, no ano passado.

Durante a pandemia, os trabalhadores do

setor de transportes coletivos foram considerados essenciais. Havia alguma expectativa de que o emprego no transporte urbano apresentasse alguma melhora no período, com mais ônibus circulando para reduzir aglomerações dentro dos veículos, no entanto, ocorreu o contrário.

Saldo de contratações e desligamentos de cobradores e motoristas de transporte coletivo Brasil - jan/2020 a dez/2020

Unidades da Federação	Cobradores	Motoristas	Total
São Paulo	- 3.403	- 7.032	- 10.435
Rio de Janeiro	- 2.040	- 7.222	- 9.262
Minas Gerais	- 2.529	- 2.810	- 5.339
Rio Grande do Sul	- 2.009	- 2.369	- 4.378
Pernambuco	- 2.290	- 1.673	- 3.963
Paraná	- 1.079	- 1.575	- 2.654
Santa Catarina	- 1.138	- 1.484	- 2.622
Ceará	- 1.139	- 905	- 2.044
Bahia	- 1.155	- 608	- 1.763
Espírito Santo	- 867	- 526	- 1.393
Goiás	- 438	- 498	- 936
Piauí	- 263	- 514	- 777
Rio Grande do Norte	- 280	- 496	- 776
Amazonas	- 457	- 211	- 668
Paraíba	- 172	- 416	- 588
Distrito Federal	- 187	- 259	- 446
Alagoas	- 226	- 208	- 434
Maranhão	- 243	- 104	- 347
Mato Grosso do Sul	- 19	- 280	- 299
Amapá	- 130	- 126	- 256
Mato Grosso	- 20	- 176	- 196
Sergipe	- 67	- 101	- 168
Tocantins	- 7	- 146	- 153
Acre	- 7	- 17	- 24
Roraima	- 6	- 2	- 8
Rondônia	- 41	33	- 8
Pará	- 269	387	118
Brasil	- 20.481	- 29.339	- 49.820

Fonte: Ministério da Economia.
Novo Caged

Petroleiros em greve contra descaso e por melhores condições de trabalho

Em 05/03, os petroleiros da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, retomaram, por tempo indeterminado, a greve iniciada no mês anterior. Em fevereiro, as negociações tinham até sido iniciadas, mas, após dois encontros, a empresa abandonou o processo negocial.

Os trabalhadores reivindicam informações precisas a respeito do contrato de venda da RLAM para o fundo árabe Mubadala Capital, com detalhes sobre o cronograma de transição da operação da unidade. Exigem a manutenção dos postos de trabalho e garantias de que não haverá redução salarial nem retirada de direitos.

Ainda em 05/03, seguindo indicativo da Federação Única dos Petroleiros (FUP), greves regionais foram deflagradas também no Amazonas, em São Paulo e no Espírito Santo. A pauta geral inclui itens como a implementação de uma política efetiva de combate ao assédio moral; incorporação dos trabalhadores da Petro-

bras Biocombustível (PBio), caso a unidade de Candeias (BA) seja realmente vendida; e fim das dobras de turno e das prorrogações de jornada.

Também demandam implantação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) específico da jornada de 12 horas diárias, abertura de discussões sobre as empresas contratadas (em especial, contratos de trabalhos e direitos dos empregados terceirizados) e a apresentação de informações a respeito de temas como passivos ambientais e acidentes de trabalho.

Denunciam ainda o desrespeito às normas de prevenção contra a covid-19. Em um ano de pandemia, mais de 5.200 trabalhadores da Petrobras se contaminaram. Mesmo altos, os números são subnotificados, pois a empresa não divulga os dados dos terceirizados. Informações obtidas pela FUP revelam que mais de 60 trabalhadores próprios e terceirizados morreram em decorrência da covid.

SETOR PÚBLICO

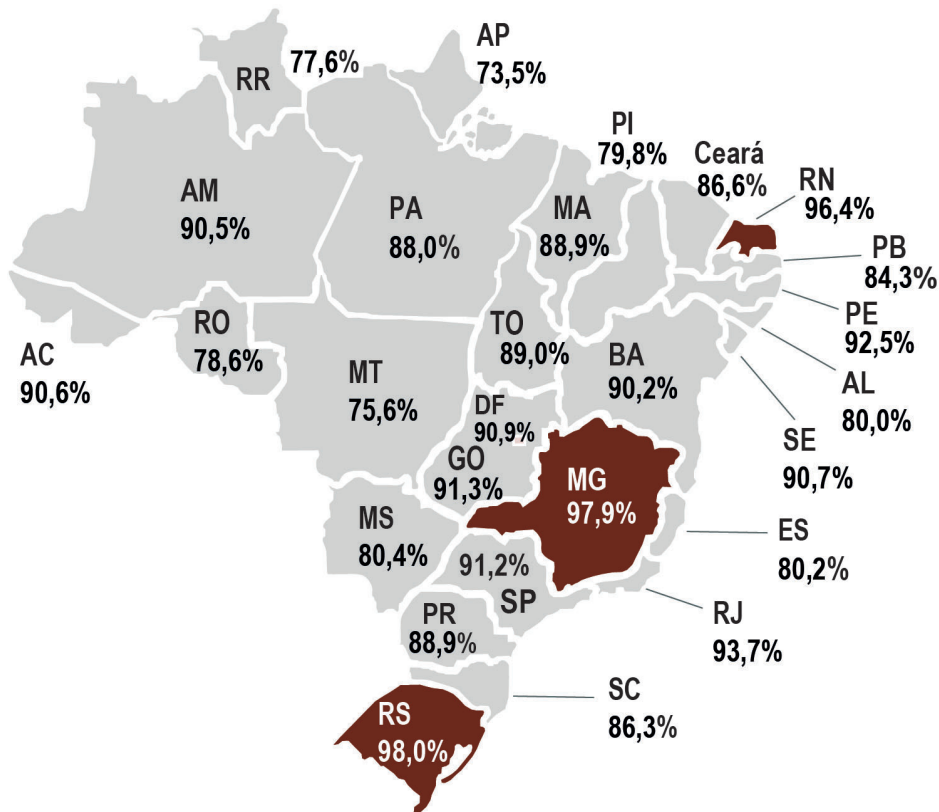
EC 109 propõe travar negociação no setor público

A Emenda Constitucional 109, conhecida também como a PEC Emergencial, impõe diversas contrapartidas para a liberação do auxílio emergencial. Ela reintroduz vários pontos já propostos pelas PEC do pacto federativo, emergencial e dos fundos públicos, que compõem o Plano Mais Brasil, cujo objetivo é a diminuição do investimento em políticas públicas sociais.

Um dos pontos que retornaram ao debate é que as despesas correntes não devem ultrapassar 95% das receitas correntes. Caso isso ocorra, o ente federativo e seus poderes estão autorizados a vetar: reajustes de salários dos servidores, criação de cargos que aumentem as despesas, alterações nas carreiras, concursos públicos; criação ou aumento dos auxílios, entre outras medidas.

E, caso os investimentos sociais ultrapassem 85% das receitas, os poderes Executivos podem implementar tais medidas, desde que aprovadas pelos respectivos Legislativos.

A partir de agora, algumas unidades da Federação já podem colocar em prática as proibições. Segundo dados do Tesouro Nacional, os estados que já estão acima de 95% são: Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio Grande do Norte.



Fonte: Tesouro Nacional. RREO, 6º bimestre de 2020

Movimento sindical pauta proteção ambiental nas negociações

Nos últimos anos, a preservação ambiental e as mudanças climáticas têm aparecido no debate público e na pauta de governos no mundo todo. No Brasil, o atual governo se opõe a essas questões, mas diversos outros atores da sociedade têm papel importante na promoção de medidas de preservação ambiental. O movimento sindical, por exemplo, vem incluindo cláusulas sobre o tema em acordos e convenções coletivas de trabalho.

PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Ambas as PARTES se comprometem a cumprir leis e regulamentos pertinentes à proteção ambiental, devendo adotar ainda as medidas e os procedimentos cabíveis a fim de afastar qualquer agressão, perigo ou risco de dano ao meio ambiente.

PRESERVAÇÃO E SEMANA DO MEIO AMBIENTE

Parágrafo Primeiro: Recomenda-se a EMPREGADORA que, pelo menos uma vez por ano, promova uma semana voltada para as atividades de preservação do meio ambiente e educação ambiental.

Parágrafo Segundo: O Empregado compromete-se a adotar boas práticas ambientais, buscando a redução dos impactos prejudiciais ao meio ambiente e a prevenção da poluição de qualquer espécie, reduzindo a geração de resíduos sólidos no ambiente de trabalho e promovendo atos que levem à reciclagem e à reutilização. Os materiais e embalagens utilizados pelo Empregado durante a jornada de trabalho (lixo e resíduos) deverão ser dispostos em locais próprios.

Parágrafo Terceiro: Os Empregados, dentro dos estabelecimentos de produção da Empregadora e seus parceiros (especialmente nos ambientes agrícolas), ficam proibidos de prática de caça, pesca e qualquer modo de extração vegetal e florestal.

PROTEÇÃO AMBIENTAL

Após as empresas realizarem cursos gratuitamente para os empregados, sobre GESTÃO AMBIENTAL, comprometem-se os mesmos com as normas abaixo relacionadas:

- a) uso eficiente e racional de energia;
- b) evitar mau uso e poluição das águas;
- c) reduzir ao máximo perdas e desperdícios, preservando os recursos naturais;
- d) disponibilidade e adequação aos programas de qualidade como: PBQP Habitat e GESTÃO ambiental (ISO 14000);
- e) manutenção do ambiente de trabalho sempre limpo e saudável.

MEIO AMBIENTE

As empresas manterão programa permanente de incentivo à preservação do meio ambiente, estimulando, através de campanhas no local de trabalho, a reciclagem de materiais, a coleta seletiva de lixo e o respeito à fauna e flora.

VALE-TRANSPORTE

[...] Fica instituído prêmio em dinheiro, correspondente à metade do valor a ser custeado pela empresa (o que exceder 6% do salário do empregado), a título de vale-transporte, ao empregado que preferir a utilização de meios sustentáveis de deslocamento de sua residência para o trabalho e vice-versa, tais como bicicleta, por exemplo, ao uso do coletivo (ônibus).

DO KIT DE CONVERSÃO DE GÁS NATURAL

A EMPRESA fornecerá 50% do valor total do kit de conversão de gás de última geração, como forma de incentivar a utilização do GNV (Gás Natural Veicular) e visando à preservação do meio ambiente para os veículos particulares de propriedade dos empregados ou dos cônjuges que tenham interesse na utilização desta fonte de energia. [...]

REFEIÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS

Os empregadores que fornecem refeição aos funcionários, no tocante aos produtos que tenham que adquirir de terceiros, para compor a refeição dos empregados, deverão dar preferência aos alimentos agroecológicos da agricultura familiar de Ponta Grossa.

Parágrafo Único - O Sindicato dos Trabalhadores Rurais ficará com a incumbência de fornecer ao Sindicato Rural uma relação atualizada de produtos fornecidos e locais onde podem ser adquiridos.



Mundo vetor criado por freepik - br.freepik.com

PREÇOS

Preços da cesta básica recuam em 12 capitais e aumentam em cinco

Entre janeiro e fevereiro de 2021, o custo da cesta básica recuou em 12 das 17 capitais pesquisadas. Confira o comportamento dos preços de alguns produtos:

Café em pó: demanda firme e desvalorização da moeda brasileira provocaram alta no preço do grão, na maioria das capitais.

Açúcar: em 13 das 17 cidades, a alta ocorreu devido à entressafra no Centro-Sul, aos pequenos lotes negociados pelas usinas e às exportações em alta.

Carne bovina de primeira: Apesar da menor demanda, interna e externa, a oferta de boi para abate ficou restrita, o que manteve os preços da carne mais elevados em relação a janeiro, em 12 capitais.

Batata: Das 10 cidades onde o tubérculo é pesquisado no Centro-Sul, nove registraram redução nos preços devido à elevada oferta, propiciada pelo abastecimento da safra das águas.

Cesta Básica Nacional de Alimentos Tomada especial – fevereiro de 2021

Maior valor no mês	Florianópolis	R\$ 639,81
Menor valor no mês	Aracaju	R\$ 445,90
Maior alta	João Pessoa	2,69%
Maior queda	Campo Grande	-4,67%
Salário Mínimo Necessário (SMN)		R\$ 5.375,05
SMN em relação ao Salário Mínimo		4,89
Salário Mínimo		R\$ 1.100,00

Fonte: DIEESE. Pesquisa Nacional da Cesta Básica

Óleo de soja: Os valores do óleo de soja caíram em 15 capitais. Altos patamares do preço médio nos meses anteriores, elevação da oferta, com a colheita, e menor demanda, devido à redução na renda das famílias, motivaram a queda

Arroz: Os avanços da colheita abasteceram o mercado interno, o que ocasionou retração nos preços em 12 cidades.

Tomate: As causas da diminuição no preço do tomate, em 12 capitais, foram menor demanda interna e maior disponibilidade do produto.

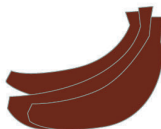
Leite integral: A demanda interna por derivados ficou menor, por causa do fim do auxílio emergencial, do aumento do desemprego e da consequente redução da renda. Dessa forma, os valores do leite diminuíram na maioria das cidades onde é coletado.

INPC-IBGE (mar/20 a fev/21)	12 meses
Alimentação e bebidas	16,22%
Alimentação no domicílio	19,73%
Alimentação fora do domicílio	5,43%

Índices de Inflação	Fevereiro de 2021 (%)	Mar/20 a fev/21 (%)	Projeção de inflação %		
			Abr/20 a mar/21	Mai/20 a abr/21 (%)	Jun/20 a mai/21 (%)
INPC	0,82	6,22	7,11	7,93	8,56
IPCA	0,86	5,20	6,11	6,93	7,61

Para a projeção de inflação do INPC, estimativas do DIEESE: 1,02% em março; 0,54% em abril e 0,33% para maio de 2021; para a projeção do IPCA, estimativas a partir de informações do Banco Central, em 19/03/2021: 0,94% em março; 0,46% em abril e 0,25% para maio de 2021

Variação dos preços dos produtos da cesta básica de alimentos Cidade de São Paulo - Fevereiro de 2021

CARNE	AÇÚCAR	BANANA	PÃO FRANCÊS	
 1,85%	 1,07%	 1,02%	 0,58%	
CAFÉ	MANTEIGA	FARINHA DE TRIGO	ARROZ	
 0,53%	 - 0,86%	 - 1,80%	 - 2,71%	
FEIJÃO	LEITE	ÓLEO DE SOJA	BATATA	TOMATE
 - 2,87%	 - 3,20%	 - 4,16%	 - 11,09%	 - 18,22%